



## EDITAL

A **ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES** comunica a abertura das inscrições para o curso '**LITIGÂNCIA PREDATÓRIA: O ABUSO DO DIREITO DE LITIGAR**', sob a coordenação de Walter Salles Mendes, coordenador da EJUS1, e Miguel da Costa Santos, chefe de seção judiciário da EJUS1.2, que será realizado exclusivamente na modalidade a distância, no período de **2 de fevereiro a 3 de março de 2026**.

**OBJETIVOS:** Propiciar formação continuada e aperfeiçoamento aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com cursos na área jurídica, integrando teoria e prática. Compreender o fenômeno da litigância predatória: apresentar seus fundamentos jurídicos, tipologias e estratégias, diferenciando-a da litigância de má-fé e analisando seus impactos no Judiciário e na sociedade. Atualizar conhecimentos sobre normas aplicáveis: estudar dispositivos do CPC, princípios constitucionais e responsabilidades decorrentes da prática predatória, incluindo atuação do CNJ e implicações civis, penais e disciplinares. Desenvolver habilidades para identificação e prevenção: capacitar os participantes para reconhecer sinais de litigância predatória em petições iniciais, utilizar ferramentas tecnológicas e adotar medidas judiciais adequadas. Aprofundar a análise jurisprudencial: examinar decisões recentes do STF, STJ e TJSP, bem como enunciados do CNJ, para aplicação prática na elaboração de minutas e decisões judiciais. Promover reflexão crítica e aplicação prática: incentivar a utilização de precedentes obrigatórios e boas práticas para combater condutas abusivas, garantindo maior efetividade e segurança jurídica no âmbito do TJSP. Explorar soluções inovadoras: apresentar ferramentas de inteligência artificial e estratégias colaborativas para prevenção e combate à litigância predatória.

**PÚBLICO-ALVO:** Servidores lotados nas unidades judiciais, oficiais de justiça, assistentes jurídicos, assistentes judiciários e estagiários de nível superior do Tribunal de Justiça (TJSP).

**CARGA HORÁRIA DO CURSO:** 4 horas, distribuídas em 2 aulas.

**VAGAS OFERECIDAS:** 1000 (mil) vagas para a modalidade a distância.

Haverá emissão de certificado de conclusão de curso àqueles que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

**PERÍODO DE INSCRIÇÕES:** de 10 de dezembro de 2025 a 26 de janeiro de 2026.

Para se inscrever os **servidores** deverão acessar a página da EJUS por meio da intranet > Servidores > Ver Mais > EJUS > Sala de Alunos ou pelo site do Tribunal de Justiça na aba INSTITUCIONAL > ESCOLAS.

As inscrições de **estagiários** devem ser solicitadas pelo e-mail [ejus.eventos@tjsp.jus.br](mailto:ejus.eventos@tjsp.jus.br), após prévio cadastro no sistema da EJUS: <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/cursos>.

### INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A inscrição importará o conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
2. Os servidores do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/9/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 1º/2/2013, pág. 1.
3. O curso deverá ser acessado no período de **2 de fevereiro a 3 de março de 2026**.
4. O material de estudo e os vídeos estarão disponíveis na sala de aula da EJUS: <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/sala/meus-cursos>.
5. No caso de o servidor inscrever-se em atividades da EJUS e não obtiver aprovação e frequência igual ou superior a 75%, ficará impedido de participar de outros cursos ou palestras, pelo prazo de 90 dias.
6. Incorre no mesmo impedimento aquele que desistir da participação após o encerramento do período de inscrições.
7. Com exceção de ausências motivadas por caso fortuito ou força maior, não serão deferidas as justificativas por: a) absoluta necessidade de serviço; b) exames e consultas médicas agendadas; e c) faltas compensadas e abonadas, férias regulamentares, licenças e demais afastamentos previstos em lei.
8. As impugnações do bloqueio deverão ser pleiteadas no prazo de 10 dias corridos, contados a partir do envio do e-mail de notificação do bloqueio.
9. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para: [ejus.eventos@tjsp.jus.br](mailto:ejus.eventos@tjsp.jus.br).

### PROGRAMAÇÃO:

#### **AULA 1**

**Tema:** Litigância predatória. Fundamentos jurídicos. Tipologias e estratégias.



**Conteúdo programático: 1. Introdução à Litigância Predatória.** 2. Conceito e origem do termo. 3. Diferença entre litigância predatória e litigância de má-fé. 4. Impactos no Judiciário e na sociedade. 5. Casos emblemáticos no Brasil.

**Fundamentos Jurídicos.** 1. Princípios constitucionais violados pela litigância predatória. 2. Art. 80 do CPC e outras normas aplicáveis. 3. Responsabilidade civil, penal e disciplinar do advogado. 4. Atuação do CNJ. **Tipologias e Estratégias Predatórias.** 1. Ações em massa com padrão repetitivo. 2. Manipulação de competência territorial. 3. Simulação de partes ou documentos. 4. Indústria de indenizações e fraudes contra empresas.

**Palestrante: Arthur Gonçalves Cassiani** - Assistente Jurídico no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Doutorando e Mestre em Direito Público pela UNESP (Franca). Pós-graduado em Direito Público, GovTech e RegTech, pelo Instituto New Law. Realizou intercâmbio em criminologia na Universidad Francisco de Vitória (Madrid). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca. Professor bolsista em Direito Constitucional na UNESP (Franca). Professor associado de Direito Público na plataforma de cursos jurídicos Trilhante. Foi professor de Direito Constitucional – OAB Ampliada. Foi monitor de Ciências Econômicas e Políticas na Faculdade de Direito de Franca. Advogou com ênfase em Direito Privado.

## **AULA 2**

**Tema:** Identificação, reação judicial e sanções para prevenir a litigância predatória.

**Conteúdo programático: Identificação e Provas.** 1. Sinais de alerta em petições iniciais. 2. Ferramentas tecnológicas para rastreamento de padrões. 3. Cooperação entre juízes e servidores para identificar, tratar e prevenir condutas abusivas. 4. Provas documentais e indícios de fraude. **Reação Judicial e Sanções.** 1. Medidas cautelares e tutela de evidência. 2. Indeferimento liminar e extinção do processo. 3. Multas e condenações por má-fé. 4. Suspensão de processos e comunicação ao MP. **Jurisprudência Atualizada.** 1. Análise de decisões do STJ e STF. 2. Análise de decisões do TJSP. 3. Enunciados do CNJ e recomendações administrativas (Rede de Informações sobre a Litigância Abusiva). 4. Ferramentas de IA para o combate à litigância predatória.

**Palestrante: Arthur Gonçalves Cassiani** - Assistente Jurídico no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Doutorando e Mestre em Direito Público pela UNESP (Franca). Pós-graduado em Direito Público, GovTech e RegTech, pelo Instituto New Law. Realizou intercâmbio em criminologia na Universidad Francisco de Vitória (Madrid). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca. Professor bolsista em Direito Constitucional na UNESP (Franca). Professor associado de Direito Público na plataforma de cursos jurídicos Trilhante. Foi professor de Direito Constitucional – OAB Ampliada. Foi monitor de Ciências Econômicas e Políticas na Faculdade de Direito de Franca. Advogou com ênfase em Direito Privado.

**METODOLOGIA:** Aulas teórico-expositivas, com estudos de casos e de julgados, com apoio em slides.

[Clique aqui para efetuar sua inscrição](#)